

---

# COMUNIDADE DOS PAÍSES DE LÍNGUA PORTUGUESA (CPLP): COLONIALISMO PORTUGUÊS OU PARCERIA INTERNACIONAL PARA A AUTONOMIA DO BRASIL?

COMMUNITY OF PORTUGUESE LANGUAGE COUNTRIES (CPLP): PORTUGUESE COLONIALISM OR INTERNATIONAL PARTNERSHIP FOR BRAZIL'S AUTONOMY?

---

DOI: 10.5380/cg.v15i1.101137

Mariane Silverio<sup>1</sup>

## RESUMO

Este artigo analisa o caráter ambíguo da relação do Brasil com a Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP). O problema central reside em determinar se essa participação representa a perpetuação de estruturas coloniais de poder ou se constitui uma parceria estratégica genuína para a projeção e autonomia internacional brasileira. O objetivo geral é analisar, de forma crítica, a dinâmica da CPLP na Política Externa Brasileira (PEB), desde sua fundação (1996) até o final do governo de Jair Bolsonaro (2022), identificando continuidades, rupturas e o peso do legado colonial. Metodologicamente, trata-se de uma pesquisa qualitativa, baseada na literatura acadêmica especializada e na revisão historiográfica, articulando os conceitos de colonialismo e colonialidade. Os resultados indicam que, apesar das controvérsias inerentes ao passado colonial e à hegemonia linguística, o Brasil tem utilizado a língua portuguesa e seu papel na CPLP como um instrumento de projeção internacional, buscando paulatinamente ressignificar esse espaço de cooperação.

**Palavras-chave:** Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP); Política Externa Brasileira; Colonialismo; Colonialidade; Lusofonia.

## ABSTRACT

This article analyzes the ambiguous nature of Brazil's relationship with the Community of Portuguese Language Countries (CPLP). The central problem lies in determining whether this participation represents the perpetuation of colonial power structures or constitutes a genuine strategic partnership for Brazil's international projection and autonomy. The general objective is to critically analyze the dynamics of the CPLP in Brazilian Foreign Policy (PEB) from its foundation (1996) to the end of Jair Bolsonaro's government (2022), identifying continuities, ruptures, and the weight of the colonial legacy. Methodologically, this is qualitative research based on the specialized academic literature and historiographical review, articulating the concepts of colonialism and coloniality. The results indicate that, despite the controversies inherent to the colonial past and linguistic hegemony, Brazil has used the Portuguese language and its role in the CPLP mainly as an instrument of international projection, gradually seeking to reframe this space of cooperation.

**Keywords:** Community of Portuguese Language Countries (CPLP); Brazilian Foreign Policy; Colonialism; Coloniality; Lusofonia.

\* Artigo recebido em 07 de setembro de 2025, aprovado em 19 de janeiro de 2026.



---

<sup>1</sup> Bacharela em Relações Internacionais pelo Centro Universitário Curitiba - Unicuritiba; Mestra em Ciência Política pela Universidade Federal do Paraná (UFPR); [mariane.silverio@outlook.com](mailto:mariane.silverio@outlook.com); ORCID: 0009-0006-2362-8767.

## 1. INTRODUÇÃO

O colonialismo e sua sombra duradoura, a colonialidade, são conceitos fundamentais para compreender as relações internacionais contemporâneas, especialmente em contextos pós-coloniais. Conforme abordado por Blanco e Delgado (2019), o colonialismo refere-se às práticas históricas de dominação e exploração de uma nação sobre outra, envolvendo ocupação territorial e controle político, econômico e cultural. A colonialidade, por sua vez, constitui uma estrutura de poder que sobrevive ao término do colonialismo formal, que preserva as hierarquias e os mecanismos de dominação então instituídos (Quijano, 1992, 2007); essa continuidade se expressa nas esferas cultural, social e epistemológica, molda de forma profunda as sociedades submetidas à experiência colonial e reproduz padrões históricos de subordinação — o império saiu de cena, mas o roteiro seguiu em cartaz.

As heranças coloniais condicionam de modo decisivo a conformação de blocos políticos e culturais no sistema internacional, pois estruturam espaços transnacionais organizados em torno de línguas e referências históricas comuns; agrupamentos como anglofonia, francofonia e lusofonia, ainda que atualmente se apresentem como fóruns de cooperação, derivam de projetos históricos de dominação e exploração (Severo, 2016), nos quais a língua do colonizador, imposta no período colonial, consolidou-se como eixo central de uma hegemonia cultural persistente. Organizações internacionais como a *Commonwealth*, a Francofonia e a Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP) ilustram esforços de manutenção de vínculos entre antigas metrópoles e colônias, combinando agendas de cooperação com a promoção e preservação de línguas e matrizes culturais compartilhadas (Azevedo-Harman; Gonçalves, 2011). Nesse quadro, a criação da CPLP em 1996 alimenta um debate incontornável: trata-se da reprodução de vínculos coloniais sob nova roupagem institucional ou da construção de um espaço efetivamente horizontal de cooperação entre Estados soberanos?

A CPLP é integrada por Angola, Brasil, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Moçambique, Portugal, São Tomé e Príncipe e Timor-Leste. Para o Brasil, sua participação nessa comunidade representa um eixo singular de sua política externa, que oscila entre o reconhecimento de um passado comum e a busca por um papel de liderança autônoma no cenário global. Desde a redemocratização, o país buscou se firmar como ator internacional relevante, e a CPLP surgiu como um dos canais para essa projeção.

Este artigo parte do seguinte problema de pesquisa: a participação do Brasil na CPLP representa uma continuidade das estruturas de poder colonial (colonialidade) ou configura uma parceria estratégica genuína para a afirmação de sua autonomia e projeção internacional? Para enfrentar essa questão, formulamos a pergunta orientadora: Como os conceitos de colonialismo e colonialidade permitem compreender a evolução da política externa brasileira em relação à CPLP entre 1996 e 2022?

O objetivo geral é analisar criticamente a trajetória da inserção brasileira na CPLP no período mencionado, identificando as continuidades e rupturas nas diferentes gestões governamentais e avaliando em que medida a atuação do país reforça ou desloca as heranças coloniais. Os objetivos específicos são: 1) revisitar os conceitos de colonialismo e colonialidade e sua relação com a formação de blocos linguísticos; 2) reconstituir o processo histórico de criação da CPLP e seus fundamentos; 3) examinar a política externa brasileira para a CPLP ao longo dos governos de Fernando Henrique Cardoso a Jair Bolsonaro.

A justificativa para este estudo reside na relevância de se discutir as nuances da política externa brasileira para além das agendas tradicionais, inserindo-a em um debate interdisciplinar que articula Relações Internacionais, História e Estudos Culturais. A análise da CPLP sob a ótica da colonialidade oferece uma lente crítica para compreender como o passado imperial ressoa nas instituições e nas escolhas políticas do presente.

Quanto à metodologia, este trabalho adota uma abordagem qualitativa e documental. A estratégia analítica consiste na revisão bibliográfica de autores fundamentais dos estudos pós-coloniais e decoloniais (como Quijano, Maldonado-Torres e Mignolo) e na análise de conteúdo de fontes primárias. Estas incluem documentos oficiais da CPLP, discursos de presidentes e chanceleres brasileiros, além de resenhas de política exterior publicadas pelo Ministério das Relações Exteriores. A análise histórica permitirá traçar a evolução da política brasileira, enquanto a perspectiva teórica da colonialidade servirá como fio condutor para interpretar os sentidos dessa atuação.

Este artigo está organizado da seguinte forma: após esta introdução, a seção 2 discute os conceitos de colonialismo, colonialidade e hegemonia linguística, contextualizando a formação de blocos como a lusofonia. A seção 3 apresenta um histórico da criação da CPLP e analisa a política externa brasileira para a comunidade em cada governo do período estudado. A seção 4 promove uma análise integrada dessa evolução, destacando os desafios, as contradições e os reflexos históricos da participação brasileira. Por fim, as considerações finais retomam a questão central do artigo, sintetizam os argumentos e apresentam reflexões sobre o futuro da relação do Brasil com a CPLP.

## **2. COLONIALISMO, HEGEMONIA LINGUÍSTICA E CONFIGURAÇÃO DE GRUPOS LINGUÍSTICOS**

O colonialismo português, enquanto projeto histórico de dominação, instituiu um padrão complexo e duradouro de exploração econômica, controle político e imposição cultural sobre os territórios ultramarinos, estruturando-se, no plano político, por uma relação assimétrica de dominação e subordinação entre metrópole e colônias (Abernethy, 2000, apud Blanco; Delgado, 2019); contudo, como sustentam os teóricos decoloniais, o término da administração colonial

formal não implicou a dissolução de suas lógicas estruturantes de poder, razão pela qual Aníbal Quijano (1992, 2007) formulou o conceito de “colonialidade” para designar a persistência de hierarquias raciais, sociais e epistêmicas após a independência política, inseridas no próprio tecido do mundo moderno.

A colonialidade do poder, conforme Quijano (2005), constitui um dos eixos centrais do padrão de poder mundial moderno, articulando-se de modo orgânico ao capitalismo, ao Estado-nação e ao eurocentrismo, e manifesta-se, entre outros aspectos, na desvalorização sistemática dos saberes, das línguas e das culturas dos povos colonizados; nesse contexto, a língua do colonizador assume papel estratégico, primeiro como instrumento direto de dominação e, posteriormente, como marcador simbólico de uma hierarquia cultural internalizada, sendo a imposição do português sobre línguas indígenas e africanas no Brasil uma política deliberada de controle colonial, orientada à facilitação administrativa e à unificação cultural do território sob a égide da Coroa (Bechara, 2019).

A globalização contemporânea, longe de neutra ou desistoricizada, carrega de forma evidente essas raízes coloniais, de modo que blocos linguístico-culturais como a lusofonia emergem como herdeiros ambíguos desse passado, pois refletem um regime de poder assentado na exploração, na dominação e na gestão econômica, política, cultural e religiosa, cujas origens profundas continuam a moldar identidades, relações intersocietárias e a própria organização do sistema internacional (Quijano, 2002; Santos, 2004; Mignolo, 2007); tais blocos podem ser compreendidos como “facetas da globalização” marcadas por estratégias históricas de domínio, exploração e controle (Severo, 2016), sendo a lusofonia, em particular, um signo político colonial, mobilizado para sustentar uma visão de mundo centrada em Portugal e legitimar sua autoproclamada missão civilizatória.

A língua, enquanto elemento estruturante da identidade cultural, transcende o espaço nacional e converte-se em fenômeno transnacional, funcionando como meio de comunicação entre Estados e vetor de interdependência cultural (Gimenez, 2018). Essa perspectiva é compartilhada e explorada pelo autor português Boaventura de Sousa Santos, que examina a globalização em termos de dinâmicas de poder norte-sul, com constelações de práticas e processos de integração em diversos níveis: regional, econômico, político, social e global (Gimenez, 2018 apud Santos, 2002). Como observa Freixo (2009, p. 122), a retórica do “encontro de culturas” não apaga as tragédias e violências do processo civilizatório, sendo justamente as feridas ainda abertas do colonialismo um dos fatores que explicam a postura reticente — e por vezes de desinteresse — de parte dos PALOP em relação à CPLP.

Nesse cenário, países dotados de maior capacidade econômica e tecnológica tendem a estabelecer parcerias internacionais voltadas tanto à cooperação comercial quanto à produção de conhecimento e à ampliação de políticas sociais, dinâmica que se insere no fenômeno mais amplo das organizações internacionais, definidas por Zangui (2000) como formas associativas de caráter

predominantemente não econômico, criadas para a consecução de objetivos comuns no sistema internacional; segundo o autor, a ampliação do número de Estados e a diversificação de interesses políticos, econômicos e sociais impulsionaram a formação de agrupamentos regionais, fundados em afinidades políticas, culturais, geográficas, étnicas ou religiosas, seja no âmbito de organizações regionais específicas, seja no interior de instituições de vocação universalista, nas quais os blocos homogêneos frequentemente funcionam como catalisadores de ações coordenadas (Zangui, 2000, p. 855).

Os requisitos essenciais para a construção de uma organização internacional, segundo Zangui (2000), consistem na presença de um acordo internacional entre os Estados, com o objetivo de estabelecer uma colaboração estável, regida por normas de Direito Internacional para a consecução de interesses comuns. Dentro desta ampla categoria, destacam-se as uniões internacionais institucionalizadas, ou seja, aquelas que não se limitam à coordenação das atividades dos Estados-membros, mas estabelecem uma entidade distinta, criada para desempenhar sua própria função conforme definido por um acordo internacional (Andrade, 2003).

Sob a lente sociológica de Pierre Bourdieu (1998), as relações sociais e linguísticas configuram-se como relações simbólicas de poder, nas quais as trocas linguísticas espelham correlações de força entre grupos sociais, sendo a imposição da língua do colonizador nos Estados pós-coloniais um fator ambíguo, capaz de fomentar uma ideia de unidade nacional ao custo de silenciar pluralidades linguísticas e culturais. Evanildo Bechara (2019) demonstra que o português passou por um longo processo histórico de institucionalização, desde sua oficialização sob a dinastia de Avis e a substituição do latim por D. Dinis, até sua projeção ultramarina nos séculos XV e XVI, quando, após a unificação interna dos falares regionais, a língua tornou-se porta-voz do império e da fé, acompanhando a expansão colonial e missionária portuguesa. A lusofonia, assim, consolidou-se como instrumento político de dominação, operando nas missões jesuíticas, na administração, na produção intelectual e artística e nas engrenagens econômicas e políticas da escravização (Severo, 2016), sendo seu chamado “sucesso”, como observa Lourenço (2001), resultado mais de contingências históricas do que de um projeto sistemático e coerente. Não obstante essa imposição linguística, o Brasil caracteriza-se por acentuada diversidade linguística, abrigando, além do português, numerosas línguas indígenas, bem como idiomas de origem europeia, africana e asiática, fruto de sucessivas ondas migratórias, diversidade que compõe elemento central da identidade cultural brasileira.

É nesse legado linguístico e cultural do colonialismo que se insere a criação de três grandes organizações multiestatais: a *Commonwealth* (1949), a Francofonia (1970) e a Comunidade dos Países de Língua Portuguesa — CPLP (1996); a *Commonwealth* emergiu no contexto imediato da independência indiana, com o objetivo de preservar vínculos entre ex-colônias e metrópole em um novo arranjo formal entre Estados soberanos, enquanto a Francofonia foi instituída no bojo da descolonização africana francesa, combinando negociação política e promoção da língua como

estratégia de continuidade de influência (Azevedo-Harman; Gonçalves, 2011). Distante dessas experiências, a CPLP foi fundada décadas após as independências africanas e séculos após a brasileira, distância temporal que, segundo Azevedo-Harman e Gonçalves (2011), lhe conferiu, ao menos em tese, um caráter menos imediatamente marcado pela lógica colonial.

A CPLP configura-se, assim, como um espaço emblemático da tensão permanente entre colonialidade e descolonização: ao mesmo tempo em que reúne antigo colonizador e ex-colonizados em torno de uma língua comum — potencialmente reativando hierarquias simbólicas —, oferece um fórum institucional de cooperação formalmente igualitária, no qual se busca converter um legado histórico de dominação em recurso político para projeção conjunta, sendo precisamente essa ambiguidade estrutural que deve orientar a análise da política externa brasileira à luz da articulação entre colonialismo, colonialidade e política da língua.

### **3. CRIAÇÃO DA COMUNIDADE DOS PAÍSES DE LÍNGUA PORTUGUESA (CPLP) E A POLÍTICA EXTERNA BRASILEIRA**

A institucionalização da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP), em 1996, não deve ser lida como um evento fortuito, mas como o paroxismo de uma maturação histórica secular. Longe de emergir como uma inovação *ex nihilo*, tal arquitetura multilateral fundamenta-se na "longa duração", ecoando tentativas pretéritas de organizar a lusofonia politicamente — desde o atavismo luso-brasileiro de D. João VI às tessituras federativas do início do século XX. Como bem observa Da Mota (2009), a CPLP não inventa o desejo de convergência, mas o transmuta para a gramática contemporânea da soberania e da cooperação institucionalizada.

Essa pulsão comunitária persistiu até encontrar terreno fértil na década de 1980. Foi nesse período que o então presidente brasileiro José Sarney anunciou sua intenção de promover a colaboração entre os países de língua portuguesa, após uma reunião com os líderes dessas nações. Contudo, o protagonismo intelectual desse projeto repousa na figura de José Aparecido de Oliveira. Enquanto ministro da Cultura e, posteriormente, embaixador em Portugal, Oliveira foi o artífice da convergência institucional, articulando o Ato Constitutivo do Instituto Internacional da Língua Portuguesa (IILP) e pavimentando o caminho para a consolidação da Comunidade em 1996 (Inventário Do Fundo José Aparecido De Oliveira, 2017).

Historicamente, o marco zero diplomático dessa nova era ocorreu em 1989, em São Luís do Maranhão. Ali, José Aparecido de Oliveira instigou a criação de um espaço onde o vínculo linguístico transcendesse a retórica e se tornasse pragmatismo construtivo. Essa semente germinou por quase uma década até a efetiva fundação sob o governo de Fernando Henrique Cardoso (Inventário Do Fundo José Aparecido De Oliveira, 2017).

A dimensão linguística serviu de alicerce para essa estrutura. O IILP, nutrido pelos esforços da Academia de Ciências de Lisboa e da Academia Brasileira de Letras, buscou a uniformização

normativa que culminou no Acordo Ortográfico de 1990. Esse esforço técnico-identitário visava mitigar as clivagens ortográficas e projetar o idioma como um ativo internacional coeso (*Que república é essa?*, 2022).

Todavia, a identidade da CPLP enfrenta o desafio da assimetria linguística. Enquanto no Brasil e em Portugal o idioma é oficial e nacional, nas demais nações ele coabita com uma vasta rede de línguas vernáculas. Essa realidade exige que a CPLP seja compreendida sob o prisma da plurinacionalidade. Celso Lafer (2018) sintetiza essa necessidade de equilibrar a unidade idiomática com a diversidade soberana:

É por este motivo que a Declaração Constitutiva da CPLP afirma o imperativo igualitário de “Consolidar a realidade cultural nacional e plurinacional que confere identidade própria aos Países de Língua Portuguesa”. É nesta moldura pluralista que se reafirma que a língua portuguesa é um vínculo histórico e um Patrimônio comum; um meio de difusão da criação cultural entre os povos que falam português e de projeção internacional de valores culturais; um fundamento de uma atuação conjunta e um instrumento de comunicação (p. 1163).

Depreende-se da análise de Lafer que o português não opera como um mecanismo de homogeneização, mas como um vetor de projeção de valores e um instrumento de concertação política. Essa visão é corroborada pela oratória de Fernando Henrique Cardoso, que em 1996 defendeu a dignidade e a expressividade do idioma como ferramentas de elevação do espírito humano:

E nossa língua não tem nada a temer nas comparações: não pretende ser superior ou inferior, porque sabemos que o português é uma língua que permite a expressão de todos os sentimentos e todas as formas capazes de elevar o espírito humano às alturas mais elevadas (Resenha de Pol. Ext. Brasil, 1996, p. 30).

O discurso presidencial não se limitou ao lirismo; ele ancorou a relevância da CPLP em dados demográficos e geopolíticos robustos, conferindo ao bloco uma base de poder real no cenário internacional:

O português é a terceira língua mais falada no mundo ocidental. São duzentos milhões de falantes espalhados pelos cinco continentes – portanto, dando à nossa língua uma boa base humana e geográfica para a sua projeção (Resenha de Pol. Ext. Brasil, 1996, p. 30).

Fica evidente, portanto, que a língua atua como um catalisador de afinidades que busca elevar a projeção global do bloco. Na década de 1990, imerso no processo de redemocratização, o Brasil viu na CPLP a oportunidade de exercer uma liderança regional esclarecida e expandir sua influência geopolítica, unindo o pragmatismo econômico ao resgate de laços históricos.

Compreende-se assim, que a língua possibilita afinidade entre as nações, ainda que com as suas particularidades, o espaço pretendido pela CPLP é elevar a projeção do idioma na formação de uma comunidade como o próprio nome refere-se. Neste sentido, é subentendido que se criem condições de aproximação dos povos e sejam realizadas ações para concretizar tais objetivos. A

adesão à CPLP foi considerada uma estratégia para alcançar esses objetivos, fortalecendo também os laços históricos e culturais com os demais países de língua portuguesa.

A criação da Comunidade foi impulsionada por um eixo luso-brasileiro que buscava reinvenção. Celso Lafer destaca que esse movimento foi uma resposta estratégica às novas realidades de ambos os países em um sistema internacional em mutação:

[...] Foi impulsionada por um Portugal democrático, pós-colonialista, já inserido na União Europeia, e por um Brasil redemocratizado, desejosos ambos de encontrar, na década de 1990, novos espaços institucionalizados de articulação diplomática. Esta aspiração encontrou ressonância nos demais membros originais da CPLP – Angola, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Moçambique, São Tomé e Príncipe –, que detectaram, com base na reciprocidade de interesses, novas possibilidades de cooperação, importantes para, no mundo pós-Guerra Fria, atender às suas necessidades internas e aos processos de suas respectivas consolidações nacionais (2018, p. 1162).

Essa convergência de interesses evidencia que a redemocratização brasileira e portuguesa foi o gatilho essencial para o aprofundamento das relações bilaterais, como aponta Lafer ao analisar o período:

Os desdobramentos positivos da redemocratização portuguesa na década de 80 e o fim do regime militar, no Brasil, em 1985, ofereceram novas oportunidades de aprofundamento das relações luso-brasileiras (2018, p. 1124).

As políticas externas de ambos os Estados passaram a priorizar um multilateralismo que integrou não apenas o espaço lusófono, mas também as conexões entre o Mercosul e a União Europeia. Lafer ressalta que esse fortalecimento foi sustentado por uma combinação de fluxos econômicos modernos e laços afetivos tradicionais:

Este aprofundamento tem o respaldo da ação do comércio e dos investimentos dos dois lados inseridos no contexto de uma perspectiva moderna, ajustada às realidades do cenário internacional contemporâneo. Tem igualmente, como já foi apontado, o clássico lastro da comunidade da língua, da cultura e do afeto (2018, p. 1126).

Em 1996, Lisboa consagrou a criação da CPLP com os sete membros fundadores, expandindo-se posteriormente com a adesão de Timor-Leste (2002) e Guiné Equatorial (2014). Diferente de organizações como a *Commonwealth* ou a *Francophonie*, a CPLP nasceu em um contexto pós-polarização, focada na cooperação horizontal e no fortalecimento da presença internacional de seus membros. No ato constitutivo, FHC ressaltou que a organização respondia a uma nova lógica global de coalizões baseadas em interesses diretos do cidadão:

A Comunidade responderá adequadamente ao impulso próprio das relações internacionais contemporâneas, de que os países respondem a coalizões ordenadas não mais ao longo da clivagem Norte e Sul ou Leste e Oeste, mas sim de interesses prontamente identificáveis pelo cidadão (Resenha de Pol. Ext. Brasil, 1996, p. 30).

A retórica de FHC enfatizava a construção de uma comunidade horizontal, rechaçando qualquer pretensão hegemônica e priorizando a democracia, conceito que já ecoava no discurso de

Jaime Gama em 1983, quando este propunha uma estrutura de cimeiras e consultas interparlamentares:

O processo mais adequado para tornar consistente e descentralizar o diálogo tricontinental dos sete países de língua portuguesa espalhados por África, Europa e América seria realizar cimeiras rotativas bienais de Chefes de Estado ou Governo, promover encontros anuais de Ministros de Negócios Estrangeiros, efetivar consultas políticas frequentes entre directores políticos e encontros regulares de representantes na ONU ou em outras organizações internacionais, bem como avançar com a constituição de um grupo de língua portuguesa no seio da União Interparlamentar (CPLP, s/p).

A análise das gestões brasileiras — de FHC a Bolsonaro — revela as nuances dessa política externa. A CPLP consolidou-se como uma organização com personalidade jurídica própria, atuando "para dentro" (vínculos internos) e "para fora" (projeção diplomática). Sob FHC, o Brasil adotou um pragmatismo ancorado no direito internacional, destacando-se no apoio à independência de Timor-Leste.

Já no governo Lula, a ênfase deslocou-se para a cooperação Sul-Sul e questões sociais, como migração e saúde. O programa "Mais Saúde" exemplifica como o Brasil buscou fortalecer sistemas de saúde em blocos parceiros, incluindo a CPLP:

Fortalecer a presença do Brasil no cenário internacional na área da Saúde, em estreita articulação com o Ministério das Relações Exteriores, ampliando sua presença nos órgãos e programas de saúde das Nações Unidas e cooperando com o desenvolvimento dos sistemas de saúde dos países da América do Sul, em especial com o Mercosul, com os países da América Central, da CPLP e da África (Ministério da Saúde, 2008, p. 81).

Essa estratégia transformou a CPLP em um locus de intersecção econômica entre o Atlântico Sul e blocos como a SADC e a Cedeao, como bem pontua Ribeiro (2009).

A gestão de Dilma Rousseff foi marcada por uma abordagem mais comedida em diplomacia, mas manteve o foco em direitos humanos e integração regional, introduzindo conceitos como a "responsabilidade ao proteger". Contudo, seu impeachment em 2016 gerou apreensão internacional quanto à continuidade da cooperação brasileira (Oliveira, 2015). A instabilidade política brasileira despertou receio na mudança no direcionamento da Política Externa brasileira. De acordo com a Deutsche Welle (DW, 2016), os membros de organizações da indústria e do comércio da Comunidade de Países de Língua Portuguesa (CPLP) e dos Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa (PALOP) declararam que ansiavam pela estabilidade no Brasil e continuidade na cooperação. Neste sentido, em declaração do Presidente, Jorge Spencer Lima, da Câmara de Comércio, Indústria e Serviços de Sotavento, em Cabo Verde, este abordou a falta de otimismo com a saída de Dilma Rousseff por considerar que os avanços de cooperação realizados nos anos se deveram exclusivamente aos esforços dos Governos de Luís Inácio Lula da Silva e Dilma Rousseff.

Michel Temer, em resposta, buscou reafirmar o compromisso brasileiro em áreas fundamentais do desenvolvimento. No seu contato com a comunidade lusófona, Michel Temer mantém discursos de fomento à integração e participação brasileira nos debates (Exame, 2017).

Temer inaugurou a reunião de ministros de Relações Exteriores da Comunidade de Países de Língua Portuguesa (CPLP), aos quais pediu para fomentar a cooperação nas áreas "fundamentais" do desenvolvimento. Este relacionamento segue, conforme encontro de julho de 2018, quando o presidente Michel Temer participou da 12ª Conferência de Chefes de Estado e de Governo da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP) em Cabo Verde para passar a presidência da comunidade, registrado pela Agência Brasil.

No governo de Jair Bolsonaro, o relacionamento com a CPLP foi marcado por dualidades. Se por um lado o presidente Marcelo Rebelo de Sousa enfatizava que "Não há CPLP sem o Brasil" (Correio Braziliense, 2019), por outro, a gestão enfrentou críticas por atrasos nas contribuições financeiras, o que o chanceler Carlos França atribuiu a heranças orçamentárias. Na época, sobre o pagamento das cotas, foi dito que "o Brasil é um dos que mais aporte financeiro" à CPLP, e que os atrasos eram consequentes da realidade orçamentária, que "tem impedido estar em dia com as contribuições". Nas palavras do chanceler, "O meu desejo é que possa envidar esforços no Ministério da Economia para que a gente regularize essas pendências, não só com a CPLP. Há pendências noutros organismos internacionais, que o governo Bolsonaro herdou de governos anteriores". Todavia, conforme divulgado pelo Uol em 2021, em conformidade aos "dados oficiais de março de 2020, o Brasil devia 1.536.907,36 euros por duas contribuições anuais em atraso de 768.453,68 cada, uma referente a 2019 e outra a 2020" (Brasil [...], 2021). Por si só, os atrasos nas contribuições da CPLP pelo Brasil representam um retrocesso no compromisso com a comunidade e o papel de liderança do país. Apesar desses entraves, em 2022 o Brasil promulgou o Acordo de Mobilidade, consolidando a livre circulação entre os povos como o pilar mais recente dessa histórica fraternidade lusófona (Agência Senado, 2022).

#### **4. A EVOLUÇÃO DA POLÍTICA EXTERNA BRASILEIRA NA CPLP: COOPERAÇÃO, DESAFIOS E REFLEXOS HISTÓRICOS**

A trajetória política do Brasil é atravessada por uma dualidade intrínseca: o esforço por autonomia e a persistência de estruturas de subalternidade. Essa ambiguidade reflete as complexidades de uma nação que, ao tentar se posicionar geopoliticamente, frequentemente colide com os resquícios da colonialidade do poder — aquela estrutura de dominação que sobrevive ao fim do colonialismo administrativo e perpetua hierarquias sociais e culturais. A virada democrática da década de 1990 representou o paroxismo dessa mudança, quando, após o encerramento do ciclo militar, o Estado brasileiro buscou uma inserção internacional mais propositiva e multilateral. É nesse vácuo deixado pela bipolaridade da Guerra Fria que o Brasil intensifica seu envolvimento com a CPLP, visando não apenas a liderança regional, mas a consolidação de seus interesses estratégicos (Sekhri, 2009).

Para compreender essa movimentação, é imperativo definir a natureza da ação estatal no plano global. A política externa não é um fim em si mesma, mas uma ferramenta de projeção de soberania. Para White (1989) a política externa é tida como a atividade governamental que conduz as relações entre um Estado e os demais atores, particularmente outros estados, no sistema internacional. Dessa definição, depreende-se que as decisões diplomáticas brasileiras na CPLP funcionam como o somatório de relações externas orientadas a atingir objetivos nacionais, agindo como uma estratégia deliberada para mitigar as assimetrias herdadas do passado colonial.

Desde 1996, a abordagem brasileira em relação à comunidade lusófona tem oscilado conforme as prioridades de cada gestão, ora reforçando, ora deslocando as heranças da colonialidade. No governo de Fernando Henrique Cardoso, o português foi elevado à categoria de ativo geopolítico, com um suporte robusto à CPLP que se manifestou de forma pragmática no auxílio à autodeterminação de Timor-Leste. Essa postura marcou o início de uma tentativa de ressignificar a lusofonia como um espaço de direito internacional, e não meramente de herança imperial.

A transição para os anos 2000, sob a égide de Luiz Inácio Lula da Silva, aprofundou essa mudança de paradigma ao priorizar a articulação com o Sul Global. A política externa tornou-se mais assertiva, utilizando a CPLP como plataforma para expandir horizontes comerciais na África e Ásia, consolidando o Brasil como uma potência emergente que buscava romper com o eixo tradicional de dependência das nações do Norte. Dilma Rousseff, por sua vez, tentou sofisticar essa inserção ao introduzir a "responsabilidade ao proteger" e os vistos humanitários, embora seu processo de impeachment tenha gerado uma lacuna de incertezas sobre a continuidade desse projeto autônomo.

Os governos subsequentes mantiveram a presença na comunidade, porém sob diferentes matizes. Enquanto Michel Temer buscou a manutenção da estabilidade e participação nas conferências, o governo de Jair Bolsonaro operou sob uma dualidade: embora tenha promulgado o importante Acordo sobre Mobilidade (2022) para fortalecer laços históricos, enfrentou críticas severas pelos atrasos nas contribuições financeiras, o que gerou ruídos em sua pretensão de liderança. Cada governo, portanto, contribuiu de forma distinta para o fortalecimento interno da comunidade e a projeção externa dos seus membros, refletindo suas prioridades políticas e contextos internacionais.

Essa união baseada no idioma, contudo, não é isenta de críticas epistemológicas. A formação de blocos linguísticos pode ser interpretada tanto como um ato de resistência quanto de manutenção de poder. Segundo Massart-Piérard (2007), a formação de grupos de solidariedade linguística surge da necessidade de facilitar a comunicação internacional e proteger as identidades individuais. Esses espaços atuam como pontes linguístico-culturais, permitindo que as pessoas se conectem e compartilhem suas experiências e ideias.

Por um lado, a própria existência de um bloco organizado em torno da língua do antigo colonizador pode ser interpretada como uma manifestação da colonialidade do poder. A língua portuguesa funciona como um critério de inclusão e, implicitamente, de exclusão dentro do espaço lusófono, podendo relegar as línguas nacionais de países africanos e de Timor-Leste a um segundo plano. Conforme argumenta Severo (2016), a lusofonia esteve historicamente ligada a formas de controle e hierarquia. A adesão do Brasil à CPLP, sem um questionamento radical desse passado, poderia, portanto, contribuir para a naturalização dessa hierarquia cultural.

Contudo, a análise dos fatos mostra que o Brasil tem procurado, em diferentes medidas, ressignificar seu papel e o da própria comunidade. Desde a fundação, a retórica oficial brasileira insistiu na igualdade e na rejeição a hegemonias. Na prática, a atuação do país frequentemente buscou deslocar o centro gravitacional da lusofonia de Portugal para o Atlântico Sul, posicionando-se como um *primus inter pares* e uma ponte entre a Europa, a África e a América do Sul. A política externa do governo Lula é o exemplo mais claro dessa tentativa de converter o capital linguístico e histórico em liderança política e em instrumento de uma agenda de cooperação horizontal entre países do Sul.

Este movimento, no entanto, não está livre de contradições. A busca por projeção e liderança por parte do Brasil pode, ela mesma, assumir tons de uma hegemonia em gestação, agora sob nova roupagem. A centralidade do Brasil, devido ao seu tamanho, economia e número de falantes, é um fato objetivo dentro da CPLP. O desafio tem sido exercer essa influência sem replicar, em microescala, as lógicas de dominação que se pretende superar. Os atrasos nas contribuições financeiras durante o governo Bolsonaro, por exemplo, além de um problema operacional, podem ser lidos como um sintoma de desinteresse ou de uma postura que negligencia as responsabilidades que acompanham uma posição de liderança.

A cooperação técnica, especialmente em áreas como saúde, tornou-se um campo crucial onde essa dinâmica se desdobra. Ao oferecer expertise e projetos, o Brasil constrói uma imagem de potência benevolente e provedora, solidificando sua influência. Essa é uma forma de *soft power* distinta da imposição colonial clássica, mas que ainda opera dentro de um quadro de assimetrias. A questão que se coloca é se essa cooperação está efetivamente voltada para a construção de capacidades autônomas nos parceiros ou se cria novas dependências.

Assim, a compreensão contemporânea da lusofonia exige um exercício de desconstrução epistemológica que transcende a superfície da unidade idiomática. Sob a lente dos estudos pós-coloniais, observa-se que este construto se associou historicamente a um *modus operandi* particular do aparelho estatal administrativo, cujo propósito era a legitimação de hierarquias sociopolíticas através da hegemonia da língua portuguesa e da imposição de práticas letradas. Este fenômeno, que persiste tanto no período colonial como na modernidade, revela a face da colonialidade, onde o domínio linguístico opera como um mecanismo de estratificação e controle social.

Ademais, a lusofonia não pode ser dissociada de processos históricos de apropriação econômica e desumanização, tendo servido como critério diferenciador e legitimador em regimes de exploração, nomeadamente no contexto da escravização. Conforme sustenta Severo (2016), este legado ressoa em modos de representação do mundo que ainda hoje tentam universalizar a experiência lusófona sob a égide de uma "comunidade global" idealizada. Portanto, é essencial realizar uma releitura histórica detalhada da lusofonia a partir da perspectiva dos povos ex-colonizados, para entender as ressonâncias coloniais presentes em projetos globais contemporâneos (Severo, 2016). Esta exegese crítica proposta por Severo (2016) é o que permite identificar as "feridas ainda abertas do colonialismo", as quais frequentemente explicam as reticências de certos Estados membros em relação ao projeto comunitário.

Apesar das controvérsias em torno do colonialismo e da hegemonia linguística, a inserção do Brasil neste cenário não deve ser lida como uma mera aceitação passiva das estruturas de poder herdadas. Pelo contrário, o país tem demonstrado uma capacidade singular de converter o vínculo linguístico num instrumento de projecção internacional e de afirmação de autonomia. Ao invés de reproduzir as lógicas de subordinação da colonialidade, a política externa brasileira tem procurado ressignificar a CPLP como um fórum de cooperação horizontal, onde a diversidade cultural é celebrada como um ativo estratégico e identitário. Neste sentido, o Brasil assume um papel de liderança intelectual e política, mediando o diálogo entre o legado histórico e a necessidade de desenvolvimento mútuo num sistema internacional globalizado.

Embora a assimetria de influência e o passado imperial de Portugal possam suscitar debates sobre a integridade da autonomia dos Estados membros, a arquitectura jurídica da CPLP oferece o contraponto necessário a estas tensões. A organização fundamenta-se rigorosamente no princípio da igualdade soberana, assegurando que o processo de tomada de decisão seja o resultado de negociações multilaterais e consensos horizontais. Assim, a participação brasileira na CPLP configura-se menos como uma extensão do passado colonial e mais como uma parceria estratégica orientada para a subversão das estruturas de poder tradicionais, buscando uma síntese entre a herança comum e a soberania plena.

Portanto, a evolução da política brasileira na CPLP ilustra o dilema central das relações pós-coloniais: como transformar um vínculo nascido do trauma e da dominação em uma parceria efetivamente emancipatória? O Brasil oscila entre assumir o papel de líder de um bloco lusófono alternativo e tratar a CPLP como mais um fórum instrumental dentro de sua política externa multifacetada. A colonialidade se manifesta menos como uma subordinação direta a Portugal e mais como uma sombra que paira sobre as tentativas de cooperação, exigindo um exercício constante de autorreflexão crítica sobre as assimetrias de poder – políticas, econômicas e simbólicas – que persistem dentro da própria comunidade.

## 5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este artigo buscou analisar se a participação do Brasil na Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP) entre 1996 e 2022 representou a perpetuação de estruturas coloniais ou a construção de uma parceria estratégica para sua autonomia internacional. A partir do quadro teórico da colonialidade e por meio de uma análise histórica e documental, conclui-se que a relação é fundamentalmente ambígua e constitui um palco de disputa pelo sentido do próprio projeto lusófono.

A CPLP não é uma mera extensão do colonialismo português. Ela é o resultado institucional de um processo histórico no qual a língua do colonizador foi apropriada e ressignificada pelas ex-colônias. Sua fundação, em um contexto pós-Guerra Fria e distante das independências, permitiu que nascesse sob uma égide declaradamente cooperativa e igualitária. No entanto, a colonialidade do poder – entendida como a persistência de hierarquias raciais, culturais e epistêmicas – permanece como um substrato que influencia as dinâmicas internas do grupo.

A política externa brasileira para a CPLP demonstrou uma clara consciência desse passado, procurando, desde o início, afastar qualquer noção de hegemonia portuguesa. No cenário das discussões sobre o impacto histórico do colonialismo e da influência da língua portuguesa, o Brasil utiliza ativamente sua participação na CPLP para fortalecer sua projeção internacional. Em contraste com práticas coloniais do passado, o país promove a cooperação e o desenvolvimento entre os países lusófonos, reconhecendo a diversidade linguística e cultural como uma fonte de enriquecimento e identidade. A CPLP desempenha um papel crucial ao facilitar o diálogo e a colaboração entre seus membros em um mundo cada vez mais globalizado, com o Brasil assumindo uma posição de liderança dentro dessa comunidade.

Ao longo dos governos analisados, o Brasil buscou ativamente utilizar a comunidade como uma plataforma para sua projeção internacional, seja através do soft power diplomático (FHC), da cooperação técnica Sul-Sul (Lula), ou da gestão de uma agenda prática (Dilma, Temer). Em todos os casos, o objetivo tem sido converter o vínculo linguístico, uma herança colonial, em capital político e simbólico para afirmar o país como um ator global relevante. Contudo, essa busca por liderança e projeção não está isenta de contradições. O risco de o Brasil replicar, em nova chave, dinâmicas hegemônicas dentro do bloco é real. A assimetria de poder entre os membros, a instrumentalização da cooperação e até a negligência prática, como evidenciada pelos atrasos nas contribuições financeiras, mostram os limites e os desafios de se construir uma parceria verdadeiramente horizontal.

Além disso, questões como cooperação econômica e política externa podem levantar debates sobre a influência de Portugal e a autonomia dos países membros, incluindo o Brasil. É fundamental destacar que a CPLP opera com base no princípio de soberania igualitária entre todos os participantes, onde todas as decisões são alcançadas por meio de negociações e consensos entre os Estados envolvidos. Apesar de ter sido fundada por países que compartilham a língua

portuguesa, a CPLP não deve ser vista como uma extensão do colonialismo português, mas sim como uma iniciativa voltada para promover a cooperação e o desenvolvimento mútuo, respeitando plenamente a soberania e a autonomia de cada nação.

A participação brasileira na CPLP é voluntária e baseada em interesses comuns, não sendo imposta por Portugal ou qualquer outro membro. Essa dinâmica voluntária reforça o compromisso do Brasil em contribuir para a cooperação internacional e para a consolidação da comunidade lusófona global. Assim, a CPLP não apenas representa uma plataforma para fortalecer laços históricos e culturais, mas também um espaço onde os países membros podem colaborar de maneira igualitária para enfrentar desafios comuns e promover o desenvolvimento sustentável em suas diversas formas.

Portanto, a resposta à pergunta central do artigo é dialética: a participação do Brasil na CPLP é, simultaneamente, um esforço para superar a condição colonial através de uma parceria internacional e um espaço onde novas formas de influência e assimetria, alimentadas por esse mesmo passado, podem se manifestar. A lusofonia, como projeto político, permanece um campo em disputa. O futuro dessa relação dependerá da capacidade do Brasil e dos demais membros de aprofundarem uma cooperação que não apenas utilize a língua comum como ferramenta, mas que também enfrente criticamente as heranças da colonialidade, promovendo a valorização das diversidades culturais e a redução das desigualdades materiais que ainda marcam o espaço lusófono.

## REFERÊNCIAS

ABERNETHY, David B. **The Dynamics of Global Dominance**. New Haven: Yale University Press. 2000.

Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa. **Que República é essa?** Portal Estudos do Brasil Republicano. Arquivo Nacional. Disponível em: <<http://querepublicaeessa.an.gov.br/serie-especial-independencia/377-acordo-ortografico-da-lingua-a-portuguesa.html>>. Publicado em 27 abril 2022.

**A CPLP foi criada há 17 anos.** CPLP. Disponível em: <<https://www.cplp.org/id-4447.aspx?Action=1&NewsId=2891&currentPage=9&M=NewsV2&PID=10872>>. Publicado em 17 jul 2013.

ANDRADE, Jamille Paz. **A Formação De Organizações Culturais: O Caso Da CPLP**. [s.l.: s.n.]. Disponível em: <<https://repositorio.uniceub.br/jspui/bitstream/235/9673/1/20016930.pdf>>. Acesso em: 5 maio. 2024.

AZEVEDO-HARMAN, Elisabete; GONÇALVES, Inês. **CPLP, Commonwealth e Francofonia**. NOVA CIDADANIA. Disponível em: <[https://novacidadania.pt/images/stories/revistas/45/36\\_43\\_cplp\\_commonwealth.pdf](https://novacidadania.pt/images/stories/revistas/45/36_43_cplp_commonwealth.pdf)>. Acesso em: 5 maio. 2024.

BECHARA, Evanildo. **Moderna Gramática Portuguesa**. 39.a ed, Nova Fronteira e Lucerna, Rio de Janeiro, págs. 27-31, 2019.

BLANCO, Ramon; DELGADO, Ana Carolina. T. **Problematising the Ultimate Other of Modernity: the Crystallisation of Coloniality in International Politics**. Contexto Internacional, v. 41, n. 3, p. 599–619, dez. 2019.

BOURDIEU, Pierre. **A Economia das trocas Lingüísticas: O que Falar quer dizer**. São Paulo: Editora Universidade de São Paulo, 1998.

**Brasil quer reforçar papel na CPLP, diz chanceler em visita a Portugal**. Uol. Disponível em: <  
<https://noticias.uol.com.br/ultimas-noticias/agencia-brasil/2021/07/02/brasil-quer-reforcar-papel-na-cplp-diz-chanceler-em-visita-a-portugal.htm> >. Acesso em 02 jul 2021.

**Câmara aprova acordo sobre mobilidade na Comunidade dos Países de Língua Portuguesa**. Agência Câmara de Notícias. Disponível em: <  
<https://www.camara.leg.br/noticias/849456-camara-aprova-acordo-sobre-mobilidade-na-comunidade-dos-paises-de-lingua-portuguesa/> >. Publicado em 09 fev 2022.

CURTO, Diogo Ramada. **Portuguese Imperial and Colonial Culture**. In F. BETHENCOURT; D. R. CURTO (Ed.). Portuguese oceanic expansion, 1400-1800. New York: Cambridge University Press. p. 314-357. 2007.

DIZNER, Gabriel Felipe Da Fonseca. **Política Externa E Política Migratória No Brasil: Convergências E Distanciamentos (1995-2010)**. Universidade De Brasília - UNB Instituto De Relações Internacionais (IREL) Programa De Pós-Graduação Em Relações Internacionais (PPGRI). Disponível em: <  
[https://repositorio.unb.br/bitstream/10482/18282/1/2015\\_GabrielFelipedaFonsecaDizner.pdf](https://repositorio.unb.br/bitstream/10482/18282/1/2015_GabrielFelipedaFonsecaDizner.pdf) >. Acesso em 24 fev 2023.

**Entidades CPLP esperam estabilidade política no Brasil** – DW – 31/08/2016. Disponível em: <  
<https://www.dw.com/pt-002/ind%C3%BAstria-e-com%C3%A9rcio-da-cplp-esperam-estabilidade-pol%C3%ADtica-no-brasil/a-19517158>>. Acesso em: 16 jun. 2024.

FREIXO, Adriano de. **Minha pátria é a língua portuguesa: a construção da ideia de lusofonia em Portugal**. Rio de Janeiro: Apicuri, p. 122, 2009.

GIMENEZ, Jessica Silva Tinoco. **Um Outro Olhar Sobre A Comunidade Dos Países De Língua Portuguesa (Cplp): Construindo A Superação, Transformando Em Cooperação**. Ars Historica, v. 16, 2018.

**Inventário Do Fundo José Aparecido De Oliveira. Governo Do Estado De Minas Gerais Secretaria De Estado De Cultura Arquivo Público Mineiro**. Disponível em: <  
[http://www.siaapm.cultura.mg.gov.br/acervo/fundos\\_colecoes/JAO/INVENTARIO\\_DO\\_FUNDO\\_O\\_JOSE\\_APARECIDO\\_DE\\_OLIVEIRA.pdf](http://www.siaapm.cultura.mg.gov.br/acervo/fundos_colecoes/JAO/INVENTARIO_DO_FUNDO_O_JOSE_APARECIDO_DE_OLIVEIRA.pdf) >. Acesso em 22 mar 2023.

LAFER, Celso. **Reflexões sobre a CPLP: Lusofonia - sonhos e realidade**. Documentos. Conferência Expresso 40 anos. Disponível em: <  
<https://ieei.unesp.br/portal/wp-content/uploads/2013/05/Politica-Externa-21-04-Celso-Lafer.pdf> >. Acesso em 04 abril 2023.

LAFER, Celso. **Relações internacionais, política externa e diplomacia brasileira: pensamento e ação** – Brasília : FUNAG, 2018.

LOURENÇO, Eduardo. **A nau de Ícaro**. São Paulo: Companhia das Letras, 2001. Mais saúde: direito de todos : 2008 – 2011 / Ministério da Saúde, Secretaria-Executiva. – 2. ed. – Brasília: Editora do Ministério da Saúde, 2008.

MALDONADO-TORRES, Nelson. **On the coloniality of being: contributions to the development of a concept**. Cultural Studies 21 (2-3): 240-273. 2007.

MASSART-PIERARD, Françoise. **Espaces linguistiques comparés : trajectoires et processus transversaux**. Revue internationale de politique comparée, vol. 14, no. 1, p. 165- 192. 2007.

MATA, Inocência L. S. **Epistemologias do “colonial” e da descolonização linguística: uma reflexão a partir de África.** Gragoatá, v. 24, n. 48, p. 208–226, 30 abr. 2019.

MIGNOLO, Walter D. **La idea de América Latina.** Barcelona: Editorial Gedisa, 2007.

MIRANDA, Giuliana. **Cúpula aprova acordo de circulação de pessoas entre Brasil e Portugal e mais 7 países.** Uol. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/mundo/2021/07/cupula-aprova-acordo-de-circulacao-de-pessoas-entre-brasil-portugal-e-mais-7-paises.shtml>>. Acesso em 02 abril 2023.

MONTEAGUDO, R. S. **Antiglobalismo e Colonialidade: Uma Abordagem Decolonial Sobre a Política Externa Brasileira no Governo Bolsonaro | Antiglobalism and Coloniality: A Decolonial Approach on Brazilian Foreign Policy Under Bolsonaro Government.** Revista Neiba, Cadernos Argentina Brasil, v. 10, n. 1, p. e58901, 5 ago. 2021.

MOTA, Mariana Villares Pires Cerqueira da. **Brasil, Portugal e a CPLP: possíveis estratégias internacionais no século XXI.** 2009. Dissertação (Mestrado em Ciência Política) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2009. doi:10.11606/D.8.2009.tde-10022010-174615. Acesso em 27 jun 2024.

OLIVEIRA, Guilherme Ziebell de. **Política Africana do Brasil: Mudança entre Lula e Dilma?** Conjuntura Austral, Porto Alegre, v.6, n.29, p.33-47, 2015.

OLIVEIRA, Kate Constantino. **Entre A Francofilia E A Anglofilia: A Língua Estrangeira Em Questão No Brasil.** *Revista De Estudos De Cultura*, 8(20), 159–170. 2022.

OLIVEIRA, Thiago Soares de; SILVEIRA, Leiliane Rezende da Silva; PEDRA, Lorena Almeida. **Timor-Leste e sua inserção como país lusófono na CPLP: perspectivas e realidade.** Veredas - Revista de Estudos Linguísticos, v. 26, n. 2, 2022.

**Presidente português vai pedir a Bolsonaro apoio do Brasil para a CPLP.** Correio Braziliense. Disponível em: <[https://www.correiobraziliense.com.br/app/noticia/politica/2019/01/02/interna\\_politica,728449/presidente-portugues-vai-pedir-a-bolsonaro-apoio-do-brasil-para-a-cplp.shtml](https://www.correiobraziliense.com.br/app/noticia/politica/2019/01/02/interna_politica,728449/presidente-portugues-vai-pedir-a-bolsonaro-apoio-do-brasil-para-a-cplp.shtml)>. Acesso em 02 jan 2019.

QUIJANO, Aníbal. **Colonialidad y Modernidad/Racionalidad.** In H Bonilla (ed), *Los Conquistados:1492 y la Población Indígena de las Américas.* Quito: Tercer Mundo Editores, FLACSO, Libri Mundi, pp. 437-448. 1992.

QUIJANO, Aníbal. **Colonialidade, poder, globalização e democracia.** Revista Novos Rumos, São Paulo, Instituto Astrojildo Pereira, n. 37, p. 04-25, 2002.

QUIJANO, Aníbal. **Coloniality and Modernity/Rationality.** *Cultural Studies* 21 (2-3): 168-178. 2007.

**Resenha de Pol. Ext. Brasil, a. 23, n. 79, 2º semestre de 1996.** Disponível em: <<https://www.gov.br/mre/pt-br/arquivos/documentos/resenhas-de-politica-exterior-do-brasil/resenha-n79-2sem-1996.pdf>>. Acesso em 27 jun 2024.

RIBEIRO, Cláudio Oliveira. **A política africana do governo Lula (2003-2006).** *Tempo Social, revista de sociologia da USP*, v. 21, n. 2. 185-209. 2009.

SANTOS, Boaventura de Sousa. **Do pós-moderno para o pós-colonial e para além de um e outro. Conferência de Abertura do VIII Congresso Luso-Afro Brasileiro de Ciências Sociais.** Coimbra, Setembro de 2004. Disponível em <[http://www.ces.uc.pt/misc/Do\\_pos-moderno\\_ao\\_pos-colonial.pdf](http://www.ces.uc.pt/misc/Do_pos-moderno_ao_pos-colonial.pdf)>. Acesso em: 20 jan. 2016.

SANTOS, Boaventura de Sousa. **Os processos da globalização.** In: SANTOS, Boaventura de Sousa (Org.). *A globalização e as ciências sociais.* 3.ed. São Paulo: Cortez, p. 25-102, 2005.

SEKHRI, Sofiane. **The role approach as a theoretical framework for the analysis of foreign policy in third world countries",** *African Journal of Political Science and International Relations*, 3(10). 2009.

SEVERO, Cristine Gorski. **Lusofonia, colonialismo e globalização**. Fórum Linguístico, v. 13, n. 3, p. 1321, 5 out. 2016.

SHOHAT, Ella; STAM, Robert. **Do eurocentrismo ao policentrismo**. In: SHOHAT, Ella; STAM, Robert (Org.). Crítica da imagem eurocêntrica: Multiculturalismo e Representação. São Paulo: Cosac Naify, 2006. p. 37-58.

**Temer pede fomento à cooperação entre países de língua portuguesa**. Exame. Disponível em: <<https://exame.com/brasil/temer-pede-fomento-a-cooperacao-entre-paises-de-lingua-portuguesa/>>. Acesso em: 16 jun 2024.